

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.967 - SP (2019/0293365-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **SOCIEDADE AMIGA DO RECREIO INTERNACIONAL-SARI-**
ADVOGADOS : **SERGIO HENRIQUE PACHECO - SP196117**
: **ANTONIO CARLOS PASSARELI JUNIOR - SP284078**
RECORRIDO : **FRANK CESAR NOGUEIRA**
ADVOGADO : **GILMAR JOSÉ JACOMO - SP337794**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXA DE MANUTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1. ART. 884 DO CC/2002. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STJ. 2. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Na origem, Sociedade Amiga do Recreio Internacional - SARI ajuizou ação de cobrança contra Frank César Nogueira. Esclareceu que o réu deve valores relativos às despesas ordinárias e extraordinárias do ano de 2012 em diante. Pleiteou a condenação do réu ao pagamento de R\$ 17.342,21 (dezessete mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e um centavos).

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente a ação, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC. Condenou a Sociedade Amiga do Recreio Internacional - SARI ao pagamento das custas e honorários fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Interposta apelação, a Nona Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 400):

Ação de Cobrança - Taxa de Manutenção de Associação de Moradores - Pretensão de cobrança dos valores relativos à manutenção e conservação do loteamento - Sentença de improcedência - Inconformismo Inexigibilidade das taxas de manutenção criadas por associações de moradores em relação a não

associados ou moradores que a elas não anuíram - Matéria sedimentada em sede de recursos repetitivos pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.439.163 SP Obrigação assumida em contrato-padrão pelo adquirente originário que não tem o condão de estabelecer qualquer obrigação que vincule o réu ao pagamento da taxa de manutenção objeto da cobrança perpetrada nos autos Caso em que não se afigura razoável que o réu seja surpreendido com obrigação assumida por terceiro com quem não manteve qualquer relação negocial, sendo descabido o argumento de que houve transmissão automática de encargos assumidos em contrato de compra e venda anterior - Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega dissídio jurisprudencial e ofensa ao art. 884 do CC/2002. Sustenta que está localizada num loteamento fechado, onde a municipalidade não presta serviços, o que acabou por ocasionar a negativa da prefeitura em construir a rede de esgoto, até mesmo pelo alto custo e por se tratar o local de área particular, impondo assim aos moradores locais a responsabilidade pelo pagamento das taxas de manutenção do condomínio.

Sendo assim, argumenta que, independente do fato de ser associado ou não, o recorrido já abriu mão da cobrança associativa, sendo necessário rateio entre os proprietários do local para que se realize a construção da rede de esgoto, divisão equitativa que ora realiza a cobrança e beneficiará direta e indiretamente o imóvel do recorrido em diversos sentidos, entre eles: esgoto tratado e saneamento básico, evitando multas do Ministério Público, usufruto de ruas asfaltadas, valorização do imóvel e preservação do meio ambiente.

Pleiteia a condenação do recorrido ao pagamento dos valores cobrados e, se improcedente a demanda, a não inclusão da unidade do recorrido na construção da rede de esgoto.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 448-458).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 473-475).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de

admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Quanto ao art. 884 do CC/2002, verifica-se que seu conteúdo normativo não foi objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso ter sido examinado na decisão atacada.

O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incide, ao caso, as Súmulas 282 e 356 do STF.

É nesse sentido o entendimento desta Corte:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 E 356 DO STF, POR ANALOGIA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. POSSIBILIDADE. ART. 85, § 11, DO NCPC. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito da controvérsia apoiada na normatividade dos dispositivos mencionados e supostamente violados, nem houve a indicação, nas razões do especial, de violação do art. 1.022 do NCPC, o que impede o conhecimento do apelo especial. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas nºs 282 e 356 do STF, por analogia.

3. Plenamente válida, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, a majoração dos honorários em virtude da interposição de recurso direcionado a instância superior. 4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a

multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa (AgInt no AREsp 1.297.942/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/3/2019, DJe 20/3/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INJUSTIFICADA DE MATERIAL CIRÚRGICO SOLICITADO PELO MÉDICO. DANO MORAL. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ARTS. 1º, II, 35-F e 35-G da Lei 9.656/98. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282/STF.

1. A jurisprudência desta corte entende que a recusa injustificada pela operadora do plano de saúde é passível de indenização a título de danos morais. Precedentes.

2. Inviabilizado o conhecimento do recurso especial acerca de tema não debatido pelo Tribunal origem, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação da Súmula 282 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.296.028/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 21/11/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte recorrida, tendo em vista que estes já foram fixados no valor máximo pela instância ordinária, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se.

Brasília-DF, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator